

Olhares estrangeiros sobre Portugal (c. 1450-1571)

*Ana Isabel Buescu*¹

Resumo

Restringindo um tema que seria demasiado vasto para abordar em todas as suas componentes, protagonistas e perspectivas, iremos centrar a nossa reflexão sobre o testemunho de cronistas, viajantes, humanistas e embaixadores estrangeiros sobre o Portugal de inícios da época moderna. É talvez escusado dizer da importância de que se revestem, de uma forma geral, esses testemunhos para a história portuguesa já que muitas vezes revelam pormenores e aspectos que, sobre nós, de outra forma desconheceríamos; ou que, de um outro ponto de vista, revelam a representação que sobre Portugal se fazia a partir de outras paragens e outras zonas da velha Europa. Em todo o caso, é sempre o olhar do Outro que nos observa e à nossa realidade, enriquecendo, desta forma, a imagem que podemos, mesmo que fragmentariamente, construir sobre o nosso passado.

Palavras-chave

Século XVI, Portugal, Europa, estrangeiros

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e Departamento de História da NOVA FCSH.

Abstract

This paper focuses on the written testimony of foreign writers, travelers, humanists and ambassadors on Portugal in the 15th and 16th centuries. Their testimony is of very high importance, since they show us images of Portugal in an European point of view, as well as inform us of certain details and aspects of Portuguese history otherwise unknown. In any case, those testimonies play an important role on the reconstruction, always a fragmentary one, that we may dress upon our past.

Keywords

16th century, Portugal, Europe, foreigners

O texto que se segue tem como horizonte a viagem e os seus testemunhos. Trata-se, no entanto, de um olhar não de portugueses que partiram, impelidos por objetivos, interesses, obrigações e histórias de vida tão diversas, e que escreveram e sobre o desconhecido que se ia desvelando, mas de alguns dos que nos visitaram nesse século em que se cruzaram oceanos e demandaram, por razões também elas diversas, o reino de Portugal.

Restringindo um tema que seria demasiado vasto para abordar em todas as suas componentes, protagonistas e perspectivas, iremos centrar a nossa reflexão sobre o testemunho de cronistas, viajantes, humanistas e embaixadores que estiveram em Portugal no século XVI, partindo embora de uma referência aos finais da Idade Média. É talvez escusado dizer da importância de que se revestem, de uma forma geral, esses testemunhos para a história portuguesa já que muitas vezes revelam pormenores e aspectos que, sobre nós, de outra forma desconheceríamos; ou que, de um outro ponto de vista, revelam a representação que sobre Portugal se fazia a partir de outras paragens e outras zonas da velha Europa. Em todo o caso, é sempre o olhar do Outro, que nos observa e à nossa realidade enriquecendo, desta forma, a imagem que podemos, mesmo que fragmentariamente, construir sobre o nosso passado.

Ainda no século XV, gostaríamos de destacar um testemunho pouco conhecido, e que constitui uma das mais antigas descrições de Portugal devida a um estrangeiro. Trata-se de Gilles Le Bouvier (†c. 1455), arauto e rei de armas de Carlos VII rei de França (†1461).

Antes de se dedicar, nos últimos anos de vida, ao seu importantíssimo *Armorial* onde, entre mais de 1 900 escudos e miniaturas representando grandes cavaleiros e figuras do seu tempo, figuram também as armas heráldicas de Portugal, Le Bouvier escreveu um *Livre de la Descriptions des pays*, terminado entre 1447 e 1451, segundo as suas palavras, “afin que ceux qui le verront puissent savoir au vray la manière, la forme et la propriété des choses” em “tous les royaumes chrestiens et autres royaumes où il s’est trouvé”. Entre os muitos reinos e senhorios que terá conhecido nas suas deambulações pela Cristandade e por terras do Levante, conta-se Portugal, do qual deixou uma interessante descrição, que nos lega, precisamente, esse olhar do Outro sobre nós. Contemplando a descrição dos reinos da Península Ibérica, após descrever brevemente o reino da Galiza, o reino de *Portingal* surge reunindo um conjunto de atributos que, longe de original ou profundo, sumaria no entanto traços e características relevantes que identificavam o reino de Portugal na Europa da primeira metade do século XV.

Sob o ponto de vista geográfico, Le Bouvier situa o reino de Portugal entre o mar, “du costé de soleil couchant”, e do outro, o reino de Castela. País pequeno, recortado de montanhas e vales, tem sete cidades, das quais refere apenas duas: Braga e Lisboa. Significativamente, a cidade que considera principal é Braga, sede de arcebispado, evidenciando a importância identitária da geografia religiosa; Lisboa é, por sua vez, para Le Bouvier, a melhor cidade do reino. País pequeno, fértil e quente, os produtos que destaca são o azeite, as amêndoas e muitos frutos, bem como os bons vinhos, figos e uvas. A partir destes situa, de forma subtil, o posicionamento político do país, ao referir que vinhos, figos e uvas são vendidos aos ingleses, com os quais Portugal mantém aliança: referência política fundamental do rei de armas de Carlos VII, monarca então envolvido na fase final da ainda feudal Guerra dos 100 Anos, da qual sairia vitorioso, expulsando os Ingleses do território francês em 1453².

O combate aos mouros é outro tópico central, referindo Bouvier que o rei de Portugal possui em África a cidade de Ceuta, que faz defender com denodo dos Sarracenos, com os quais mantém guerra permanente. Sob o ponto de vista social, uma única referência, para considerar os nobres do reino valorosos homens de guerra:

“Joignant de ce royaulme joingt le royaulme de Portingal, qui est país bossu de montaignes et de vallées. Et y a sept cités. C’est assavoir la principale qui est arcevesché s’appelle Bragues. La meilleure ville de ce royaulme [est] Licebonne. En ce dit royaulme croist de bons vins et grant foison figes

² Permanecendo apenas sob suserania da Inglaterra a cidade de Calais, até 1558.

et raisins qu'ilz meinent vendre en Angleterre pour ce qu'ilz sont aliez avecques eulx. Et ont les gens de ce royaume une cité nommée Suste [Ceuta] ès païs des Sarrasins delà la mer; laquelle est ou royaume de Veze [Fez] de la la mer miterrene. Le roy de Portingal la fait songneusement garder des gens de royaume, et font guerre toustours aux Sarrasins. Les nobles de ce royaume sont vailans hommes en guerre. Le royaume est petit, et est très fertile et chault païs. Il y croist huilles d'ollives et almendes, et tous fruitz qui croissent en chault païs. Ce païs est sur la mer du costé de soleil couchant. Et de l'autre costé joint à Castille.”³

Algumas décadas depois, no final do século XV, é bem conhecida a viagem ibérica de Jerónimo Münzer (1437-1508), *Monetarius*, humanista, médico, geógrafo, cartógrafo e viajante alemão. Münzer era amigo do conhecido médico, humanista, historiador e cartógrafo Hartmann Schedel (1440-1514), autor da famosíssima *Crónica de Nuremberga*, ou *Crónica de Schedel* publicada pela primeira vez em 1493, em latim e em alemão considerada, com as suas mais de 1800 ilustrações em xilogravura, como um dos mais importantes monumentos da proto-tipografia alemã e europeia, e o livro mais amplamente ilustrado do século XV. Münzer e esteve também em estreito contacto com Martim Behaim, ou Martinho da Boémia (1459-1507), cosmógrafo, astrónomo e explorador.

Em 1480 Behaim partiu para Lisboa, onde integrou a comunidade mercantil interessada na exploração ultramarina, travando conhecimento com navegadores, cosmógrafos e exploradores. Rapidamente se integrou nos círculos ligados à cosmografia e à cartografia, sendo em 1483 convidado por D. João II para fazer parte de uma comissão, liderada por Abraão Zacuto, destinada a melhorar o astrolábio, na qual se diz ter tido papel relevante. O próprio, como regista João de Barros na *Primeira Década da Ásia*, “se gloriava ser discípulo de Joane de Monte Regio afamado astrónomo entre os professores desta sciencia”⁴.

Voltando a Münzer, entre 1494 e 1495 empreendeu uma longa viagem que o levou de Nuremberga à Suíça, França e finalmente a Espanha, onde foi dos primeiros viajantes cristãos a visitar Granada pouco depois da conquista do último reino muçulmano da Península pelos Reis Católicos, em 1492. Acompanhado por dois cidadãos de Nuremberga e do filho de um comerciante de Augsburg, viajaram até Portugal.

³ Gilles LE BOUVIER, *Le Livre de la Description des Pays de Gilles le Bouvier dit Berry, Premier Roi d'Armes de Charles VII, Roi de France*, publié pour la première fois avec une Introduction et des Notes [...] par E.-T Hamy, Paris, Ernest Leroux Editeur, 1908, pp. 126-127.

⁴ João de BARROS, *Ásia, Primeira Década*, 4ª ed. revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, Liv. 4, cap. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 127.

Desta viagem Münzer deixou um importante testemunho, maioritariamente respeitante ao resto da Península, mas que tem também elementos de interesse sobre Portugal. A parte do *Itinerário* referente a Portugal foi traduzida para português por Basílio de Vasconcelos⁵.

Recebido por D. João II em Évora, jantou à mesa do rei por quatro vezes, rara distinção em que alguns viram, com verosimilhança, uma possível condição de embaixador do imperador Maximiliano I, ligado aliás por estreitos laços familiares com D. João II⁶. Münzer manteve longas conversas com o monarca, algumas das quais sobre cosmografia e sobre as viagens ultramarinas portuguesas. Münzer esteve também em Lisboa, e na visita ao paço da Alcáçova faz curiosa referência a dois imponentes leões que o rei mantinha numa jaula, e que D. Manuel manteve também “nos paços [da Alcáçova] desta nossa cidade de Lixboa”; já em tempos de D. João I existia na alcáçova lisboeta uma *Leoneira real*, como lhe chama Sousa Viterbo, cujas despesas eram pagas pela comuna judaica⁷.

Durante a sua estada em Portugal no ano de 1494 recolheu muitas informações que depois escreveu sublinhando, por exemplo, a presença exótica de animais e plantas da Guiné que, espalhados pela cidade de Lisboa, lhe davam uma atmosfera diferente das paisagens familiares da Europa do Norte. Num outro texto descreveu a costa ocidental africana, fez contactos com marinheiros portugueses, ou seja: a A estadia de Münzer em Portugal, o olhar e os saberes que aqui adquiriu, contribuiriam para um maior conhecimento, na Europa transpirenaica, do que ia sucedendo no meridional país que se aventurava a explorar novos mares para chegar a novos mundos. A recepção na Alemanha do impacto das viagens portuguesas foi, aliás, muito precoce e intensa, como tem estudado Marília dos Santos Lopes, traduzindo-se em notícias sobre as novidades e na incorporação desses novos dados em muitas obras de natureza cronística, geográfica e cartográfica⁸, de que o testemunho mais emblemático é, sem dúvida, o chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes*.

Situemo-nos agora poucos anos mais tarde, num contexto bem diferente. Reinando já D. Manuel e tendo entretanto os Portugueses chegado à Índia em 1498, Lunardo da Cà Masser chegou a Lisboa em Outubro de 1504 enviado pela Sereníssima República de Veneza, “a fim de recolher informações minuciosas,

⁵ Basílio de VASCONCELOS (ed.), *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer: (excertos)*, Coimbra, 1931, sep. de *O Instituto*, v. 80, nº 5.

⁶ Recordemos que D. João II e a rainha D. Leonor, sua mulher, eram primos direitos do imperador Maximiliano, filho de Frederico III e D. Leonor de Portugal, filha de D. Duarte.

⁷ Francisco de Sousa VITERBO, “Ocorrências da vida judaica”, *Arquivo Historico Portuguez*, II, 1904, pp. 178-179.

⁸ Marília dos Santos LOPES, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1999, pp. 205-308.

precisas e seguras sobre as viagens ao Oriente, os tratos marítimos portugueses, a situação económica e social do reino, recursos técnicos, política do rei e do estado”, nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho⁹. Este homem, oriundo da nobre família de Masser e trazendo consigo a experiência política, mercantil, económica e cultural da potência veneziana, deixou-nos um importante e singular testemunho sobre o Portugal do tempo. O *Doge* era então Leonardo Loredan, escolhido pelo monarca português para padrinho de baptismo do pequeno príncipe D. João, nascido em Junho de 1502, e que foi representado na cerimónia pelo seu embaixador junto da corte portuguesa, Pietro Pasqualigo.

As razões para esta escolha por arte do monarca português prendem-se com os contextos da relação entre o reino e a República de Veneza, naquele início do século XVI. A chegada dos Portugueses à Índia, com a abertura da rota do Cabo, interferiram de forma decisiva nos equilíbrios e interesses comerciais da Sereníssima República com o Oriente, em que os Venezianos tinham um papel preponderante. Por outro lado, no ano anterior, D. Manuel prestara auxílio militar a Veneza, com o envio de uma armada de 30 naus para o Mediterrâneo no quadro do confronto de Veneza com o Turco¹⁰.

Lisboa era então uma cidade em profunda e rápida transformação, quer pela sua nova e súbita condição de empório comercial à escala do globo, que lhe conferia agora um rosto mais cosmopolita e exótico, quer pelas transformações urbanas que então nela se operavam. Decorria nesse ano de 1504 a construção de um novo paço junto ao Tejo, ordenado pelo rei D. Manuel no início do século, e sob sua directa supervisão. Com esta decisão, o monarca fazia descer a nova morada régia do alto da colina para a zona ribeirinha da cidade, implantando-a e articulando-a com a Lisboa dos tráficos marítimos e da mercancia, no âmbito de um verdadeiro *programa*, também político, de reestruturação urbana da primeira cidade do país, que D. Manuel empreendeu ao longo do seu reinado¹¹. Doravante, o *rei da pimenta* iria habitar não no velho e alcandorado paço medieval, mas em aposentos construídos sobre a Casa da Índia e armazéns¹², próximo do burburinho de uma cidade cosmopolita, a que mercadores de toda a Cristandade e também de muitas partes da moirama acorriam em grande número, junto do palpitar do quotidiano febril da Lisboa comercial e mercadora de então.

⁹ Vitorino Magalhães GODINHO, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo de Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, 4, Julho-Dezembro, 1979, p. 75.

¹⁰ Ana Isabel BUESCU, *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 22-23.

¹¹ Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

¹² SENOS (2002), 70.

Em Outubro de 1504 Cà Masser foi recebido por D. Manuel ainda no paço da Alcáçova. Suspeito de espionagem foi preso, mas em breve posto em liberdade, já que não interessava a D. Manuel hostilizar Veneza num momento crucial das relações entre ambos os Estados. Viveu ainda em Portugal cerca de dois anos, anotando escrupulosamente muita e preciosa informação sobre o reino, o governo e a administração, os membros da Casa do rei e da alta nobreza e os seus rendimentos, o poderio militar, a rede do comércio oceânico, a estrutura eclesiástica, dados sobre as finanças públicas, sobre direitos aduaneiros, o trato do pau-Brasil.

Mas o seu relato inclui também apontamentos sobre um reino grandemente despovoado, deficitário em trigo, com poucas pastagens e gado; sobre realidades políticas, sociais e religiosas, como as referências que faz à dependência da nobreza das moradias pagas pelo rei, aos cristãos-novos, àqueles que partiam, com medo da Inquisição, como diz, embora esta ainda não existisse em Portugal, e aos que ficavam, ao carácter obstinado e litigioso de muitos portugueses.

É particularmente interessante a sua referência a figuras destacadas da corte, revelando-se Cà Masser um observador atento. É o caso, por exemplo, de Vasco da Gama, honrado pelo monarca com o altíssimo posto de Almirante depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Ca Masser sublinha o seu feito irascível – “homo destemperado, senza alcuna ragione” – bem como divergências com D. Manuel – “ha fatto molte cose nell’India nel suo viaggio, che sono state poco grate a Sua Altezza”. Masser refere-se também ao secretário António Carneiro, apontado como homem discreto, prático e experiente mas sem “littera alcuna”, ao marquês de Vila Real, primo de D. Manuel, “el qual è poco reputato in corte per esser leggiere di cervello [...]”, e ainda a outras figuras do governo e da administração.

Finalmente, retenhamos uma breve referência às obras do palácio em construção junto do rio por iniciativa de D. Manuel. Com o seu requintado olhar veneziano, Masser considerou-o de forma circumspecta como “una fabrica molto bassa, e com poco dessegno, e povera”¹³. O relato de Cà Masser é, pois, um testemunho fulcral, “um dos textos de base [como o define Magalhães Godinho] para compreender Portugal – as instituições, a economia, a mentalidade” no início do século XVI¹⁴.

Mas há ainda uma outra referência fundamental, não mencionada por Magalhães Godinho no seu estudo, relativa a D. João II, a quem o seu primo

¹³ Publicado por GODINHO (1979), 77. Sobre as relações entre Veneza e Portugal no reinado manuelino, v. Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, INCM, 2000, pp.43-58 e docs. 1-53.

¹⁴ GODINHO (1979), 75.

e cunhado D. Manuel sucedeu no trono português. Sabemos como a morte de D. João II no Alvor em Outubro de 1494 aos 40 anos de idade ficou, até aos dias de hoje, envolta em mistério e indefinição, subsistindo testemunhos, mais ou menos velados, acolhidos por alguma historiografia, da hipótese de D. João II ter sido envenenado. Não podemos deixar de referir a forma como Garcia de Resende, um homem cujas funções na corte faziam dele um testemunho privilegiado, se refere à morte do rei na *Crónica* que dedicou ao *Príncipe Perfeito*. Após este ter adoecido depois de ter bebido de um poço pouco depois do fim das festas do casamento do príncipe D. Afonso, o cronista escreve:

“[...] do mal que ao diante morreo, e ouue suspeitas que fou de peçonha, ficou huã geral presumpçam que nesta fonte cuberta lhe fora dada em agoa que bebo, a qual presumpção e sospeyta se confirmou em muytos com as mortes de Fernam de Lyra seu copeiro more, e de Esteuam de Sequeira copeiro, e de Affonso fidalgo homem da copa, que dos tres faleceram [...]”¹⁵

Também Gaspar Correia acolhe o rumor insistente, escrevendo, no contexto que se seguiu à morte do príncipe D. Afonso e a propósito da saúde do rei, “Estando el Rey asy em Lysboa ou pola sobeja tristeza e mortal dor que padeço como he de crer ou pola peçonha que lhe deram nunca foy em sua perfeyta saúde [...]”¹⁶. Ora, Lunardo de Cà Masser, escrevendo o seu relatório dirigido ao *Dogge* em 1504, portanto, note-se, cerca de 9 anos depois da morte do rei de Portugal, ao referir-se ao duque de Coimbra, D. Jorge, filho natural de D. João II, e que este procurou, sem sucesso, legitimar para lhe suceder no trono, veicula, sem rodeios, precisamente os rumores sobre a causa do prematuro e fulminante desaparecimento do monarca, que comprometeria, sem margem para dúvidas, membros da alta nobreza portuguesa:

“El secondo Duca se chiama Don Zorzi, Duca de Ciubra [sic], fu fiolo naturale del re Don Zuanne, el qual pretendeva suceder a questo regno, e sperava de esser Re: aspettava le sue bolle da Roma avanti el morir del re Don Zuanne suo padre, per farlo legitimo; ma, come credo, che sia noto quanto sia stá perseguitado suo padre, Re Don Zuanne, per farlo morir, da tutti li

¹⁵ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), cap. CXXVIII, Lisboa, INCM, 1991, p. 188.

¹⁶ Gaspar CORREIA, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996, p. 270.

Grandi di questo regno, e piú sui preziati, dalli quali ultimamente no si poté defender, fu tossicato a termine.”¹⁷

Um outro relato de interesse sobre a cidade de Lisboa, recentemente publicado por Jorge Fonseca, é o do nobre flamengo Jan Taccoen van Zillebeke que, saído de Comines num navio de peregrinos com destino a Jerusalém, permaneceu na cidade durante nove dias, deixando-nos um olhar, podemos dizer em *fotogramas*, sobre a Lisboa manuelina¹⁸. De uma apreciação geral da cidade, à presença do cosmopolitismo e do exótico, as especiarias e os elefantes, van Zillebeke deixa-nos ainda inúmeros fragmentos de um quotidiano urbano nos seus aspectos laicos, religiosos e devocionais. A referência ao paço da Ribeira e a D. Manuel são também curiosos, deixando perceber que se trata de um relato em primeira mão, e reflectindo a relativa informalidade, patente noutras fontes da época, que envolvia a figura régia. “O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com as portas da sua sala abertas. Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear”. Acrescenta ainda que D. Manuel era um “homem pequeno e magro, de quarenta e cinco anos”, referindo ainda a figura da rainha D. Maria como sendo “uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno”¹⁹.

É, aliás, sobretudo em relatos de estrangeiros que podemos encontrar elementos despojados de uma componente retórica e panegírica sobre a aparência física de reis e príncipes, que não surgem noutras fontes. Tal sucede, por exemplo, no testemunho do polaco Nicolaus von Popplau, um polaco que esteve em Portugal em 1484, e que nos deixou um retrato físico do príncipe D. Afonso, filho de D. João II²⁰.

Depois de um retrato informado e objectivo, no início do século XVI, de alguém proveniente e ao serviço de Veneza, maior potência naval de então e cidade-chave nos tráficos e mercancias com o Levante, e das impressões sobre Lisboa de Van Zillebeke, um outro testemunho, pela sua relevância, concita a nossa atenção. Cerca de vinte anos depois de Van Zillebeke, um outro flamengo, desta vez um humanista, Nicolau Clenardo (1493/4-1542), chegava a Portugal para uma estadia que se prolongou por vários anos.

¹⁷ *Idem, ibidem*, 80. Sublinhado nosso. Agradeço às minhas colegas Nunziatella Alessandrini (CHAM) e Teresa Vale (FLUL) a simpatia e a disponibilidade para me ajudarem na compreensão deste trecho capital do relatório de Cà Masser.

¹⁸ Jorge FONSECA (coord.), Eddy STOLS, Jorge FONSECA, Stijn MANHAEGUE, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, *Cadernos de Cultura*, 8 (2ª série), V. N. Famalicão, Húmus, 2014.

¹⁹ FONSECA (2014), “Livro de viagens de Jan Taccoen van Zillebeke”, 129. A referência à idade da rainha é errada. O rei tinha então efectivamente 45 anos, mas a rainha tinha 32 e não 40, como van Zillebeke escreve.

²⁰ Paulo Drumond BRAGA, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, edições Colibri, 2008, pp. 15-16.

No contexto de um impulso cultural, patente na corte régia sobretudo desde o reinado de D. João II, que visava tornar mais nítida a presença do humanismo renascentista entre nós, mas também das intensas relações entre Portugal e o mundo flamengo²¹, Nicolau Clenardo veio de Salamanca para Portugal por influência do humanista André de Resende. Resende, que conhecera Clenardo em Lovaina, teve um papel decisivo junto de D. João III na vinda de Clenardo para o reino, persuadindo o rei a dar como preceptor ao infante D. Henrique aquela prestigiada figura do humanismo transpirenaico, grande mestre, além da latina, das línguas grega e hebraica²².

A corte portuguesa encontrava-se instalada desde 1532 na cidade de Évora, tendo abandonado Lisboa na sequência do terrível sismo de 1531 – cuja memória foi suplantada na nossa memória colectiva pela catástrofe de 1755 – vagueando e habitando tendas, com os infantes e a corte, por vários lugares na margem sul do Tejo, até se fixar em Évora, onde os reis e a corte permaneceram até 1537, só então regressando a Lisboa²³. Clenardo chegou à corte portuguesa ainda antes do final de 1533. Foi muito bem recebido pelo monarca e pelos infantes, que lhe ofertaram cinquenta ducados a título de prenda de boas vindas, como ele próprio revela. Além de preceptor de D. Henrique, Clenardo rapidamente entrou no restrito círculo do humanismo português, tornando-se amigo, além do já conhecido André de Resende, de Jorge Coelho, secretário do infante D. Henrique, Jean Petit, mais tarde bispo de Cabo Verde, ou António Filipe. Aqui permaneceu cinco anos, desenvolvendo uma actividade cultural de relevo, sempre em ligação com a corte régia.

Para o nosso propósito interessam particularmente as cartas que, como qualquer humanista da época, escreveu em latim a vários dos seus correspondentes e amigos, sobre a sua experiência portuguesa, e que contém interessantes testemunhos sobre figuras da corte e sobre a sociedade portuguesa da época²⁴. Logo que chegou à corte, testemunhava, com genuína admiração, ainda que com algum efeito retórico, na primeira carta a João Vaseu, escrita em Évora em Dezembro de 1535: “Confesso-te que me agrada sobre maneira esta corte. Há nela

²¹ STOLS (2014), “Lisboa: um portal do mundo para a nação flamenga”, 7-76.

²² Manuel Gonçalves CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal I – Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, 4ª edição, revista, Coimbra, 1974, pp. 62 e ss. Sobre a figura de André de Resende há vários estudos de referência, permitindo-nos remeter para a síntese sobre o percurso e inflexões intelectuais e políticas de Resende da autoria de Raul Miguel Rosado FERNANDES, “André de Resende e o Humanismo Europeu”, in *O Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional 21-25 de Outubro de 1985*, Lisboa, 1988, pp. 593-616.

²³ BUESCU (2008), 290.

²⁴ Permitimo-nos discordar da apreciação de Eddy Stols sobre o interesse dos testemunhos de Clenardo sobre a sociedade e a corte portuguesas. STOLS (2014), 16.

muitos varões doutos tanto na língua grega como na latina, a ponto que nem na própria Salamanca se encontrará quem as fale tão correntemente”²⁵.

Estando então a corte na sua longa estadia em Évora nos anos 30, Clenardo aí se instalou, montando casa própria em 1535, tomando ao seu serviço Miguel, António e Sebastião, três escravos negros, que então abundavam na cidade, a quem começou de imediato a ensinar latim, tornando-se um observador privilegiado do quotidiano eborense de então. Pelas suas cartas latinas dirigidas a amigos e correspondentes, traduzidas e publicadas por Manuel Gonçalves Cerejeira na obra *O Renascimento em Portugal* perpassam, com a franqueza possível em missivas de carácter privado, pedaços da realidade social e económica portuguesa de Quinhentos, reverberados pelo olhar de um homem do Norte da Europa, de que destacamos alguns mais relevantes de diversa ordem.

Em primeiro lugar, “o estado da agricultura”, “aquilo que faz o nervo principal duma nação é aqui de uma debilidade extrema”, sublinhando a carestia dos géneros, que o deixava genuinamente impressionado. Outro traço que emerge da sua análise prende-se com a “mania nobiliárquica”, traço também abundante e reiteradamente notada por outros testemunhos: “Em Portugal, todos somos nobres, e tem-se como grande desonra exercer alguma profissão”. De algum modo ligada a esta, Clenardo regista ainda o vício da ostentação, que leva qualquer um, mesmo que não o possa verdadeiramente, a “sustentar uma mula e quatro lacaios”.

A fisionomia social do reino suscita ainda a Clenardo outro tipo de observações, como seja o número elevado de escravos negros e mouros, que o surpreende: “Os escravos pululam por toda a parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está a abarrotar com essa raça de gente”. E, com manifesto exagero, mas testemunhando o contraste com a paisagem humana que lhe era familiar, acrescenta: “Estou em crer que em Lisboa os escravos e as escravas são mais que os portugueses livres de condição”. Num plano diferente, outro traço o surpreende: a tranquilidade em Portugal, que contrasta com os cada vez maiores tumultos, entende-se de carácter político e religioso, na Europa; e a guerra que os portugueses fazem “com os Índios e os Africanos, embora estes façam todos os anos alguma investida, contudo o mal não é tão largo, que os Portugueses o sintam”.

Naturais num homem ligado às letras e ao humanismo, a atenção à cultura também emerge no conjunto das suas notas sobre Portugal. Assim, evocando os hábitos e usos universitários, a que se refere com algum pormenor, sublinha ser habitual os catedráticos permanecerem à porta da sala de aula para responderem

²⁵ Carta de Nicolau Clenardo a João Vaseu, datada de Évora, 31 de Dezembro de 1535, traduzida e publicada por CEREJEIRA (1974), 244.

às dúvidas dos alunos. E, de forma específica, mostra a sua atenção aos círculos humanistas da corte portuguesa e ao estudo das humanidades, não faltando até uma referência directa à erudita Joana Vaz, da “corte literária” da infanta D. Maria, que Clenardo classifica como sendo mulher “de grande cultura literária”. E poderíamos continuar. As cartas de Clenardo são, sem dúvida, um dos mais expressivos testemunhos de um humanista estrangeiro em Portugal no século XVI.

Interessa-nos agora explorar outro tipo de correspondência, de natureza diplomática, dos núncios permanentes em Portugal durante o reinado de D. João III, não sem que antes seja necessário evocar, de forma breve, como na viragem para os tempos modernos o momento era de afirmação – e de “afinação” – dos mecanismos diplomáticos como instrumento de acção política no concerto das nações. Uma das mais importantes e substanciais alterações foi a da generalização da figura do embaixador permanente, cargo e função inaugurada em Portugal com a figura do doutor João Faria, embaixador na Cúria romana, no reinado de D. Manuel.

Antes, e também convivendo com esta nova figura da diplomacia, continuavam, naturalmente, a coexistir os embaixadores temporários, investidos de uma determinada missão mas que, depois de cumprida, regressavam para junto dos seus senhores – vimos um exemplo disso com a estadia em Lisboa de Cà Masser, enviado da Sereníssima República. Agora, para além destes, passava a existir o embaixador permanente, um pouco como os conhecemos hoje. Mutações que não pode deixar de ser vista no quadro não só da consolidação das monarquias mas também, num outro plano, da progressiva afirmação dos Estados Modernos. O segundo grande mecanismo da prática diplomática foi a utilização cada vez mais frequente da cifra na correspondência, já evidentemente conhecida há muito, mas aperfeiçoada e difundindo-se pela generalidade das chancelarias. Neste mundo da diplomacia quase no sentido em que a entendemos hoje, ancorada num conjunto formal e público de cerimoniais, etiqueta e representação de Estado, cruzava-se, como hoje, com a actividade diplomática de bastidores e com o mundo mais secreto dos agentes, mercenários e espiões que enxameavam, em relação directa com a importância das cortes, as grandes cidades europeias.

A correspondência dos núncios papais em Portugal no século XVI, editada por Charles-Martial de Witte²⁶, constitui uma fonte documental de grande importância para o estudo das relações, nem sempre pacíficas, entre a coroa portuguesa com a Cúria no crucial período da implantação da Inquisição em Portugal, e todas

²⁶ Charles-Martial DE WITTE, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980 e 1986.

as suas *ondas de choque*, em Portugal e na Cúria, em particular torno da questão dos cristãos-novos, bem como de muitos outros assuntos de natureza eclesiástica.

Mas, para além de nos dar muitos apontamentos do quotidiano e dos protagonistas da corte, dos reis aos infantes, penetrando nos bastidores do jogo político, a correspondência é também preciosa para ajudar a compreender a dinâmica de outros interesses que, para além dos estritamente ligados à Coroa, se movimentavam então na corte portuguesa, bem como ter uma visão mais próxima e um olhar diferente sobre muitos dos seus protagonistas e, até, tomarmos conhecimento de fracturas importantes no próprio seio da família real. É o caso da pouco ventilada oposição de D. Afonso à concessão do barrete cardinalício ao irmão, D. Henrique, de que dava conta o núncio Capodiferro ao cardeal Farnese, em carta cifrada de 13 de Abril de 1538, mas também os falhados projectos de casamento do infante D. Luís (1506-55) e da infanta D. Maria (1521-77), irmã do rei, a *Sempre Noiva*, ou ainda, importantíssimos e circunstanciados documentos sobre D. Miguel da Silva anos após a sua fuga do reino.

De este imenso manancial, escolhemos uma questão concreta, que diz bem como o jogo diplomático se fazia, também, de uma dimensão muito particular: as ofertas que a questão dos presentes oferecidos por figuras gradas da corte portuguesa para adiantar os seus interesses na corte de Roma, que são em grande medida marcadas pelo que de mais raro, precioso e exótico Portugal tinha para oferecer, e em cuja difusão a corte portuguesa tinha um papel central²⁷. Era essa, no século XVI, a *imagem de marca* da monarquia portuguesa, uma monarquia periférica mas senhora de um império que concitava a atenção e o interesse um pouco por toda a Europa.

Sob o pontificado de Paulo III, em missiva enviada em Janeiro de 1538, o núncio Capodiferro anunciava o envio para Roma de um “libro de una carta di navigazione universale”, oferta do duque de Bragança ao cardeal Farnese. Por carta de 22 de Julho desse mesmo ano, o núncio informava o cardeal da oferta pessoal do cardeal-infante D. Afonso de uma *carta de navigare*, ao saber do desejo do cardeal Farnese em obter uma. O mapa era de grandes dimensões, pelo que o núncio informava que só o poderia fazer seguir em ulterior correio. Note-se que o cardeal Farnese havia encarregado expressamente o núncio de lhe conseguir, em Portugal, cartas de navegação e mapas, para o que lhe confiara um pormenorizado memorial com as informações cartográficas que desejava obter, nomeadamente uma *descrittione del mondo*, pelo que era consabido o seu interesse na matéria.

²⁷ Catarina Santana SIMÕES, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, 24, 2014, pp. 517-52. <http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/48291>.

Também D. Miguel da Silva, antigo embaixador português em Roma, depois de ter tentado, junto de Clemente VII († 1534), de quem era amigo pessoal, o seu regresso a Roma, cumulava agora, em 1539, nas vésperas da sua dramática fuga em conflito aberto com D. João III²⁸, o cardeal Farnese de presentes, como medalhas antigas de ouro e de prata, enviadas para Roma pelo seu secretário António Ribeiro, ou, ainda, encarregando-se da compra de cavalos a pedido do cardeal. A correspondência dos embaixadores papais no reinado de D. João III é ainda interessante porque permite entrever, para lá as cartas geográficas, quais os bens e objectos que de Portugal eram mais solicitados em Roma ou que os vários núncios consideravam constituir ofertas apreciadas, pelo que também eles tratavam de os adquirir e enviar. Os cavalos surgem com destaque na correspondência com o cardeal Farnese, o secretário de Paulo III, Ambrogio Ricalcato e outros funcionários da cúria pontifícia. O cardeal relembrava mesmo, em carta enviada de Roma a 26 de Abril de 1539, a promessa do núncio Capodiferro, que tardava em concretizar-se, de lhe enviar cavalos.

Também os produtos exóticos ocupam um lugar de relevo, como os tecidos da Índia, animais e aves oferecidas pelo núncio Ricci ao cardeal em 1548, bem como as pedras preciosas. Mas produtos especificamente portugueses vão também aparecendo, aqui e ali, como as barricas de vinho enviadas no final de 1537 por Capodiferro ao secretário do papa, e ao duque de Parma e pai do cardeal, doces e marmeladas da ilha da Madeira. Em 1552, o então núncio Pompeo Zambeccari recebia do cardeal Marcello Cervini (1501-1555), futuro e efêmero papa durante 22 dias em 1555, o original pedido de um desenho de todos os peixes que banhavam o reino de Portugal.

O jogo diplomático e as suas vozes são, para além da sua função primeira, uma fonte inquestionável e preciosa para o estudo da circulação e da transmissão cultural, e testemunho de como a viagem, deslocando pessoas e olhares, mesmo dentro da velha Europa no século XVI, são importantes fontes para os historiadores. E de como, indirectamente, podemos aproximar-nos da imagem mais forte que, na Europa, se fazia do reino mais ocidental do continente, envolvido, de forma cimeira, nos tráficos transoceânicos.

Finalmente, falando de viajantes estrangeiros em Portugal no século XVI, não podíamos deixar de fazer uma referência à bem conhecida viagem do cardeal Alexandrino a Portugal em 1571, enviado pelo papa Pio V para negociações relativas à Santa Liga, no quadro do confronto da Cristandade com o Turco e,

²⁸ Ana Isabel BUESCU, “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito”, in Rui Macário (coord.), *D. Miguel da Silva – A Obra ao Tempo*, Viseu, Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015, pp. 15-49.

também, ao sempre falhado objectivo do casamento do jovem rei português, D. Sebastião.

Com o cardeal viajava numerosa comitiva, na qual se encontrava um certo João Battista Venturino, que, de acordo com Herculano que publicou a parte portuguesa da viagem do cardeal a partir de um códice da Biblioteca Vaticana, se encarregou de descrever a viagem pela Península Ibérica. Tem este documento dados de grande relevância para a história portuguesa, como aliás se depreende da preocupação de Herculano em publicá-lo²⁹. Centremo-nos naqueles que, do nosso ponto de vista, são os mais relevantes: as notícias e descrições do Alentejo, por onde entrou a comitiva, de Vila Viçosa e da sua corte, com destaque para o duque de Bragança, e as imagens que nos deixa do rei D. Sebastião.

Inestimáveis são, por exemplo, as descrições do interior do paço de Vila-Viçosa, sede da mais importante casa aristocrática do reino, opulentamente ornado para receber o cardeal, descrevendo-se com minúcia tapeçarias, pratas, brocados de ouro, os detalhados cerimoniais da lauta, abundante e requintada refeição servida ao cardeal, a duquesa ricamente vestida e os seus filhos pequenos, D. Teodósio, D. Duarte e D. Alexandre. Ou seja, instantâneos de dias da corte de uma casa que, algumas décadas mais tarde, viria a ser Casa Real, e sobre a qual alguns destes testemunhos são únicos.

Mas, abandonando o Alentejo em direcção a Lisboa, encontramos também saborosas descrições de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e as festas de recebimento à passagem do cardeal Alexandrino e comitiva. Finalmente, Lisboa perfilava-se ao longe, para lá de um Tejo pejado de barcos e bergantins engalanados, num seguindo o arcebispo de Lisboa, outro com os magistrados da cidade, um outro com representantes das ordens militares, os oficiais mecânicos... “Eram tantos os barcos vindos de toda a parte – escreve Venturino – que se computaram em mais de quinhentos...” (p. 77). Estando já muito perto da chegada, dez galés pequenas e um galeão “saudaram o Legado com cem tiros de artilharia, e o galeão com vinte e quatro, deitando ao mesmo tempo muitos foguetes e outros fogos de vistas”.

Recebidos pelo cardeal D. Henrique, muitos cavaleiros e uma multidão de habitantes da cidade, o Legado encontrou, pouco depois, o jovem rei D. Sebastião. Venturino apresenta-o como um “mancebo de boa cor e muito parecido com D. Juana, princeza de Portugal, sua mãe, e irmã d’el rei catholico [Filipe II]. É de estatura medíocre, de olhar e sobrecenho algum tanto carregado e altivo” – traço

²⁹ Giovanni Battista VENTURINO, “Viagem do cardeal Alexandrino”, in Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T. VI, *Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo III)*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 49-90.

que deveria, de facto, caracterizar a fisionomia do jovem rei, bem patente em vários dos seus retratos, com destaque para o da autoria de Cristóvão de Moraes, pintado precisamente entre 1571 e 1574³⁰.

Venturino descreve depois com minúcia o faustoso traje do rei. De especial importância são as descrições dos interiores do paço da Alcáçova, dos banquetes e das cerimónias da corte, bem como, ainda, a visita feita, em Xabregas, à rainha D. Catarina.

Em suma, através destes casos, que procurámos fossem diversificados, é possível discernir como a viagem, tenha ela os contornos geográficos que tiver ou as distâncias que percorrer, deixam sempre ao historiador, se ele bem os quiser procurar, preciosos testemunhos sobre os outros, mas também sobre nós através do olhar dos outros, no distante, mas ao mesmo tempo tão actual, século de Quinhentos.

³⁰ Cristóvão de MORAIS, óleo sobre tela, MNAA, 1165 Pint.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

BARROS, João de, *Asia, Primeira Década*, 4ª ed. revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, Liv. 4, cap. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996.

DE WITTE, Charles-Martial, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980 e 1986.

LE BOUVIER, Gilles, *Le Livre de la Description des Pays de Gilles le Bouvier dit Berry, Premier Roi d'Armes de Charles VII, Roi de France*, publié pour la première fois avec une Introduction et des Notes [...] par E.-T Hamy, Paris, Ernest Leroux Editeur, 1908.

VASCONCELOS, Basílio de (ed.), *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer: (excertos)*, Coimbra, 1931, sep. de *O Instituto*, v. 80, nº 5.

VENTURINO, Giovanni Battista, “Viagem do cardeal Alexandrino”, in Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T. VI, *Controvérsias e Estudos Históricos (Tomo III)*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 49-90.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II*, Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), Lisboa, INCM, 1991.

Estudos

BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, edições Colibri, 2008.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

- BUESCU, Ana Isabel, “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito”, in Rui Macário (coord.), *D. Miguel da Silva – A Obra ao Tempo*, Viseu, Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015, pp. 15-49.
- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *O Renascimento em Portugal I – Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, 4ª edição (revista), Coimbra, 1974.
- FERNANDES, Raul Miguel Rosado, “André de Resende e o Humanismo Europeu”, in *O Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional 21-25 de Outubro de 1985*, Lisboa, 1988, pp. 593-616.
- FONSECA, Jorge (coord.), STOLS, Eddy, FONSECA, Jorge, MANHAEGUE, Stijn, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke, Cadernos de Cultura*, 8 (2ª série), V. N. Famalicão, Húmus, 2014.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo de Cà Masser”, in *Revista de História Económica e Social*, 4, Julho-Dezembro, 1979, pp. 75-88.
- LOPES, Marília dos Santos, “Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII”, *Mare Liberum*, 1999, pp. 205-308.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, INCM, 2000.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SIMÕES, Catarina Santana, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, 24, 2014, PP. 517-52. <http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/view/48291>.
- VITERBO, Francisco de Sousa, “Ocorrencias da vida judaica”, *Archivo Historico Portuguez*, II, 1904, pp. 176-179.